

Participação social na microterritorialidade: interação socioestatal na realidade participativa de Lavras-MG¹

*Kellen Cristina de Abreu*²

*Júlia Moretto Amâncio*³

Resumo: A susceptibilidade da participação social nos mecanismos instituídos ou não instituídos, se dá pelas janelas de oportunidades, de amplitude oscilatória em função de variáveis como momento político e lideranças do movimento. O objetivo deste estudo é explorar a complexidade dessas relações entre sociedade civil e sociedade política no nível local e identificar interações socioestatais de acordo com a tipologia de Amâncio (2013). De metodologia teórico-empírica qualitativa e exploratória, utilizou-se de entrevista semiestruturada para coleta de dados sobre a atuação dos atores sociais nos bairros do município de Lavras-MG. Aplicou-se, na análise dos dados, a Tipologia de Ação Coletiva Microterritorial de Amâncio (2013). Os resultados evidenciaram a heterogeneidade dos repertórios de ação coletiva, considerando, por exemplo, a migração de militantes das associações para o Serviço Público Municipal ou a participação de membros dos movimentos nos Conselhos Municipais. A participação social, dada hibridez de seus atores e diversidade das realidades microterritoriais, envolve dinâmicas igualmente diversas e dignas de análise para que se tenha conhecimento e reconhecimento dessas dinâmicas.

Palavras chave: participação social; dinâmicas políticas microterritoriais; interfaces socioestatais.

¹ Recebido em 04/02/18 e aprovado em 28/06/18.

² Mestrado Profissional em Administração Pública pela Universidade Federal de Lavras. Membro do núcleo de Estudos Observatório de Políticas Públicas da mesma universidade. kellen.abreu.cris@gmail.com

³ Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Lavras. Coordenadora do núcleo de Estudos Observatório de Políticas Públicas da mesma universidade. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. jumorettoamancio@gmail.com

Social participation in microterritoriality: socio-state interaction in the participatory reality of Lavras-MG

Abstract: The susceptibility of social participation in mechanisms instituted or not instituted, is given by the windows of opportunity, of oscillatory amplitude in function of variables as political moment and leaders of the movement. The aim of this study is to explore the complexity of these relationships between civil society and political society at the local level and to identify socio-state interactions according to the typology of Amâncio (2013). From qualitative and exploratory theoretical-empirical methodology, a semi-structured interview was used to collect data on the performance of social actors in the districts of the city of Lavras-MG. In the data analysis, the Typology of Collective Microterritorial Action of Amancio (2013) was applied. The results evidenced the heterogeneity of the repertoires of collective action, considering, for example, the migration of militants from the associations to the Municipal Public Service or the participation of members of the movements in the Municipal Councils. Social participation, given the hybridity of its actors and the diversity of microterritorial realities, involves equally diverse dynamics and worthy of analysis in order to have knowledge and recognition of these dynamics.

Keywords: social participation; microterritorial political dynamics; socio-state interfaces.

Participación social en la microterritorialidad: interacción socioestatal en la realidad participativa de Lavras-MG

Resumen: La susceptibilidad de la participación social en los mecanismos instituidos o no instituidos, se da por las ventanas de oportunidades, de amplitud oscilatoria en función de variables como momento político y liderazgos del movimiento. El objetivo de este estudio es explorar la complejidad de esas relaciones entre sociedad civil y sociedad política a nivel local e identificar interacciones socioestatales de acuerdo con la tipología de Amâncio (2013). De metodología teórico-empírica cualitativa y exploratoria, se utilizó de entrevista semiestructurada para la recolección de datos sobre la actuación de los actores sociales en los barrios del municipio de Lavras-MG. Se aplicó, en el análisis de los datos, la Tipología de Acción Colectiva Microterritorial de Amâncio (2013). Los resultados evidenciaron la heterogeneidad de los repertorios de acción colectiva, considerando, por ejemplo, la migración de militantes de las asociaciones para el Servicio Público Municipal o la participación de miembros de los movimientos en los Consejos Municipales. La participación social, dada hibridez de sus actores y diversidad de las realidades microterritoriales, involucra dinámicas igualmente diversas y dignas de análisis para que se tenga conocimiento y reconocimiento de esas dinámicas.

Palabras clave: participación social; dinámicas políticas microterritoriales; interfaces socioestatales.

1. Introdução

A participação social tangibilizada nos mecanismos institucionais de participação, como os conselhos de políticas públicas e os orçamentos participativos, não é suficiente para entender 1) os diferentes movimentos sociais, 2) nos diferentes contextos, 3) diante das diferentes dificuldades e possibilidades que dispõem para ter acesso às políticas públicas. Portanto faz-se necessário explorar a diversidade de conexões entre sociedade civil e sistema político, onde se encontram um amplo repertório de ações, próprio de cada movimento, que materializam a relação entre atores coletivos e Estado na busca pela satisfação de suas necessidades.

Neste contexto, os questionamentos que direcionaram o estudo foram: Os repertórios de ação coletiva utilizados nos bairros do município de Lavras-MG apresentam particularidades em face das janelas de oportunidade para sua atuação perante o Poder Público? Podem ser nestes repertórios identificados os tipos de Interação Socioestatal Microterritorial da tipologia de Amâncio (2013)?

O objetivo condutor do estudo foi explorar a complexidade das relações entre sociedade civil e sociedade política no nível local e identificar possíveis Interações Socioestatais Microterritoriais de acordo com a tipologia de Amâncio (2013).

Conferir resposta a esses questionamentos possibilita a compreensão da complexidade de atuação dos atores coletivos no acesso a políticas públicas, bem como suas características, dificuldades e possibilidades no exercício do controle social e a efetividade de serviços públicos. Compreendê-los é fundamental para verificar sua legitimidade, tanto em suas ações como nas reivindicações conquistadas.

Para melhor orientar o leitor sobre o texto cabe destacar que o mesmo busca, em um primeiro momento, na seção de

referencial teórico, situar a discussão a respeito das abordagens teóricas sobre a participação social. Desde as relações entre cultura e política mutáveis ao longo do tempo determinando os termos como participação social e política, democracia, cidadania e sociedade civil quanto os espaços de discussões e ações coletivos híbridos emergidos de realidades diversas apontam para aspectos importantes sobre a realidade participativa no Brasil. Para tanto este texto discute sobre a solidificação do controle social na realidade brasileira e as dinâmicas microterritoriais de participação social, tratando a sociedade civil enquanto dimensão heterogênea como construção política, decorrente das interações que ocorrem ao longo do tempo nas diversas realidades participativas.

Ao trazer a discussão sobre dinâmicas microterritoriais, o presente texto pretende voltar o foco da análise da participação social para as dinâmicas próprias de cada localidade e sua implicação no processo de políticas públicas, isto intrinsecamente relacionado à interpretação de cada ator social pelas oportunidades de interação com o Estado e o uso de meios para acessar o Estado e apresentar demandas.

Metodologicamente, este estudo qualitativo e exploratório se aproxima de seu fenômeno de análise por meio de entrevista com questionário semiestruturado com o propósito de compreender os atores coletivos e/ou individuais atuantes nos bairros do município de Lavras-MG. Foram realizadas 35 entrevistas, aplicadas no período de janeiro de 2015 a fevereiro de 2016, em 16 bairros do Município de Lavras – MG utilizando a técnica *snowball* e observação assistemática.

Na seção de resultados da pesquisa este estudo pretende situar, a partir da literatura levantada na primeira seção, o comportamento do fenômeno de análise. Tendo o território como espaço que reflete e condiciona segregações e dimensões associativas e políticas, que interferem nos modos de mobilização política e sua efetividade o estudo busca tratar das interações socioestatais microterritoriais, já que a extrainstitucionalidade da participação social suporta repertórios de ação coletiva diversos por meio de atores diversos em realidades diversas. Para tanto,

as classificações foram realizadas a partir da Tipologia De Ação Coletiva Microterritorial que apresenta cinco tipos de interações socioestatais microterritoriais (movimentalista, partidária ou legislativa, associativismo comunitário, ativismo conselhistas e interação assistencialista).

Observaram-se diferentes repertórios de ação coletiva nos movimentos associativos ou atuações individuais da realidade analisada; dinâmicas distintas, de acordo com suas potencialidades e restrições diante do poder público e sistema político local. Foram identificados exemplos de todos os cinco tipos Interação Socioestatal Microterritorial, evidenciando que no município em análise a diversidade de repertórios de ação coletiva em resposta à abertura das janelas de oportunidades é diverso e híbrido, tanto em atores, quanto em formas de participação.

2. Referencial teórico

As relações entre cultura e política se alteram no tempo e espaço por meio de discursos e práticas que estão continuamente implicados nas distintas concepções de termos como participação social e política, democracia, cidadania e sociedade civil. Para se remeter às relações entre cultura e política, cabe lembrar que até os anos 1970 reinava o Estado enquanto soberano como instrumento teórico privilegiado para analisar essas relações (DAGNINO, 2000).

A cultura, especialmente a popular, nesse contexto, era o domínio da alienação, da falsa consciência e da mistificação, isto é, o reino da ideologia. Esse conceito acabou, portanto, construindo uma armadilha para os estudos culturais. Já a política foi equiparada e identificada com outro conceito dominante: o Estado, que por sua vez, foi “concebido como uma condensação das relações de poder e como locus específico da dominação na sociedade, isto é, a única arena decisiva das relações de poder e, portanto, o único lugar alvo relevante da luta política” (DAGNINO, 2000, p.64).

A mudança do conceito coletivo de cidadania traz a concepção de que “tornar-se cidadão passa a significar a

integração individual ao mercado, como consumidor e produtor” (DAGNINO, 2005, p. 14). Mudando o pensamento do próprio indivíduo, quando a cidadania começa a se desfazer do significado de relação de direitos e deveres da sociedade civil e do Estado, se reduzindo à solidariedade. O Estado, então se isenta do seu papel garantidor de direitos passando para a sociedade civil suas funções fundamentais (DAGNINO, 2000).

Tradicionalmente excludente, o Estado Brasileiro caracterizou-se por muito à parte da sociedade civil, com relação a pouca ou nenhuma participação política. O termo “Eles que são brancos que se entendam” mostra como a alienação frente aos acontecimentos políticos tornava alheia a grande massa populacional. Isso não quer dizer que não havia participação popular, mas estas eram altamente reprimidas. Casos como Quilombos, Canudos, lutas pelo abolicionismo e tantas outras mostram o fato de que sempre houve reivindicações (CARVALHO, 1998).

Os movimentos sociais, entretanto, estiveram historicamente subordinados à repressão ou à sua adequação aos interesses do Estado. Isso acontece visivelmente entre os anos de 1930 a 1960, onde os governos ditos populistas conseguiram instrumentalizar estas organizações aos seus interesses (CARVALHO, 1998).

É neste contexto que surgem espaços favorecedores de discussões de aspecto coletivo, como clubes de mães, pastorais populares das igrejas, movimentos populares por creche, saúde, que culminam nas lutas pela participação popular, resultadas na Constituição de 1988 com abertura de espaços para a participação (CARVALHO, 1998). Fomentada pelos “movimentos sociais populares urbanos reivindicatórios de bens e serviços públicos e por terra e moradia, e pelo reconhecimento de direitos sociais e culturais” (SADER, 1988, citado por GOHN, 2004, p. 3).

2.1 A solidificação do controle social

Dotados de soberania, os indivíduos de uma sociedade regida por um governo democrático, exercem sobre ele o controle

de suas ações, de várias formas e em várias instâncias. O termo controle social diz respeito à participação do cidadão na gestão pública, por meio da fiscalização, monitoramento e controle das ações da Administração Pública (BRASIL, 2012, p. 16). Também se remete à possibilidade de os cidadãos engajados em movimentos sociais, ou não, tomar decisões relativas ao processo de políticas públicas e serviços de responsabilidade do Estado.

As possibilidades do exercício do controle social, pelos movimentos sociais, foram sendo ampliadas à medida que esses atores coletivos foram ganhando espaço e importância no cenário político, isto por meio de pressão frente as instituições políticas, sobretudo nos poderes municipais. No caso brasileiro, os movimentos sociais foram atores fundamentais na criação e consolidação da arquitetura participativa em várias áreas de políticas públicas (TATAGIBA, 2011, p. 172).

Com a pressão dos diversos atores sociais pela abertura política à participação social, o cenário começa a se alterar na década de 1990, quando há a ampliação considerável da institucionalização de espaços de diálogo e participação da sociedade civil, como os Conselhos Gestores de Políticas Públicas e os Orçamentos Participativos. “Constituindo outros tipos de laços com os poderes executivo, legislativo e judiciário, conforme suas necessidades de serem ouvidos e atendidos em suas demandas” (AMÂNCIO 2013, p. 19).

A criação [desses espaços] derivou do movimento de contestação nas décadas de 1970 e 1980 quanto ao padrão centralizador, autoritário e excluyente que vinha marcando a relação entre as agências estatais e os beneficiários das políticas sociais (SCHEVISBISKI, 2008, p. 3).

Dessa forma, os movimentos sociais e atores da sociedade civil organizada ganharam mais espaço, o que significou mais participação, mais demandas, mais controle social. Com a atuação conjunta entre sociedade e Poder Público tangibilizou-se “a

correspondência efetiva entre a qualidade da ação e as demandas de grupos sociais em situação de vulnerabilidade e, em especial, a realização das ações públicas sob controle social dos cidadãos” (BARBOSA, 2010, p. 4).

O orçamento participativo, gerado nesse processo de abertura e de requerimento por participação da sociedade na política e no processo de políticas públicas, sendo efetivamente tomadora de decisões no âmbito estatal, carrega tamanha importância no âmbito de inclusão da sociedade no processo decisório. Apesar das dificuldades em superar os critérios corporativos, fazendo surgir questionamentos quanto à participação efetiva dos atores em sua base, esses espaços contribuem significativamente para o processo de políticas públicas (AMÂNCIO, 2013; TATAGIBA, 2005; LÜCHMANN 2011).

A incorporação da sociedade no processo de políticas públicas e na formalização do controle social, proporcionou maior visibilidade às demandas sociais, visto que as limitações do sistema puramente representativo produzem distorções entre a vontade popular e a política promovida pelos eleitos (RAUSCENBACH, 2014).

Por meio desses mecanismos, o Estado passa a ofertar participação à sociedade. Neste contexto, a história privatista, de mistura promíscua entre o público e o privado, e autoritária que excluiu sistematicamente largas parcelas das conquistas sociais e democráticas, o reconhecimento da participação como direito reforça uma ruptura a este Estado excludente (CARVALHO, 1998).

Como uma nova forma de relação entre o Estado e a sociedade, os conselhos propiciam o acesso de segmentos sociais aos espaços onde se tomam as decisões políticas, permitindo desta forma o exercício do controle social (DIEGUES, 2013, p. 9).

As decisões da sociedade nesses espaços de participação adquirem legitimidade democrática e vontade normativa capaz de parametrar a ação do Estado” (SCHEVISBISKI, 2008, p. 2). Além

de se responsabilizarem a promover a inclusão dos interesses e demandas dos grupos e setores sociais cujas vozes não alcançam expressão e reconhecimento nos espaços de representação da política eleitoral (LÜCHMANN 2011).

Considerando que a participação e o controle social estão para além dos mecanismos institucionais, tem-se um grande embate, no que diz respeito à participação nos Conselhos Gestores, embora haja “a possibilidade de ganhos incrementais e procedimentais, também maior proximidade dos movimentos com os gestores e a comunidade da política” (TATAGIBA, 2011, p. 172). Ou seja, “a institucionalização desses espaços amplia e complexifica o rol de modalidades, ou repertórios, de ação política das associações e dos movimentos sociais” (LÜCHMANN, 2011, p. 142).

Considerando que a participação nos Conselhos é limitada pelo número de atores da sociedade civil, diferente de outros repertórios como promoção de campanhas, ou protestos e passeatas, esse novo papel desempenhado pelos atores sociais traz para suas agendas “uma nova responsabilidade marcada pela dimensão da representatividade perante outros atores e com o Estado na formulação de políticas públicas que afetarão públicos mais amplos” (LÜCHMANN, 2011, p. 145).

Sobretudo porque os espaços institucionais de participação, não incluem certos atores ou grupo de atores, ou seja,

[...] foco nas instituições participativas, por um lado, excluiu certos tipos de atores, porque restringiu sua abordagem a uma esfera de atuação cujo acesso é restrito àqueles mais organizados e detentores de maiores recursos políticos e até mesmo materiais e que atuam em âmbito municipal (AMÂNCIO 2013, p. 23).

A participação institucional proporcionada pelos mecanismos resultantes das lutas dos movimentos sociais até a década de 1990 representa um grande passo rumo à democracia participativa. Entretanto, esse avanço não foi capaz de absorver tamanha complexidade de atores e demandas da sociedade civil. Primeiro porque as interações entre Estado e sociedade

extrapolaram tais espaços e formas de participar, e, segundo porque, apesar de os conselhos gestores de políticas públicas refletirem atualmente “conquistas inegáveis do ponto de vista da construção de uma institucionalidade democrática”, eles estão imersos em uma arquitetura participativa “que tem esbarrado em limites que muitas vezes esvaziam ou restringem seus potenciais democratizantes” (ALMEIDA; TATAGIBA, 2012, p. 69).

Ao lado de uma agenda mais voltada ao funcionamento interno dos conselhos, os estudos também mostram que os conselhos têm investido grande parte de sua energia no desempenho de funções técnicas e burocráticas, mantendo uma agenda no varejo e atuando reativamente em resposta às demandas provenientes do Executivo, enquanto decisões importantes continuam correndo por fora, nas tramas desconexas que conformam a rede de produção da política pública (ALMEIDA; TATAGIBA, 2012, p. 86).

Portanto, embora se tenha hoje a maturidade de tais mecanismos participativos, tem-se também a contradição sobre sua atuação, sobremaneira quanto ao “seu papel deliberativo no interior do sistema das políticas públicas” (ALMEIDA; TATAGIBA, 2012, p. 79), pois “os conselhos têm despendido uma energia significativa com questões relativas ao seu funcionamento interno”, especialmente quanto à “discussão de temas relativos a sua própria dinâmica organizacional interna” (ALMEIDA; TATAGIBA, 2012, p. 85). E isto já estava sendo apontado desde o início da década de 2000 como o faz Tatagiba (2002).

2.2 Dinâmicas microterritoriais de participação social

O conceito de microterritório (AMÂNCIO, 2013) volta o foco da análise da participação social para as dinâmicas próprias de cada localidade e sua implicação no processo de políticas públicas. Desse âmbito de análise reconhecedor da individualidade dos atores coletivos ou individuais, absorve-se dinâmicas intrinsecamente

ligadas às micro-localidades e suas posições, isso se considerarmos a participação como um espectro de proximidade com o Estado, onde se encontram atores mais próximos ou mais distantes do mesmo.

O acesso de cada ator dependente das janelas de oportunidade – instâncias por meio das quais o Poder Público recebe as demandas sociais (conselhos gestores, fóruns) – cedidas pelo Poder Público e de suas possibilidades de repertório de ação coletiva – formas como os atores sociais podem apresentar suas demandas ao Poder Público (marchas, abaixo-assinados). A criatividade envolvida nas performances é tal, que cada uma se particulariza (ALONSO, 2012, p. 30). Com base em Mische (2003; 2008), Tatagiba destaca que

A análise dos repertórios de ação dos movimentos exige sensibilidade aos dilemas táticos e estratégicos impostos pelas mudanças conjunturais e/ou pela configuração estrutural dos campos em disputa, assim como para a natureza cultural dos processos pelos quais os atores definem as questões em jogo e os campos em disputa (TATAGIBA, 2011, p. 175).

As características das instituições e o desenho das organizações estatais promovem formas diversas na interação entre os atores sociais e o Estado (AMÂNCIO, 2013, p. 64), pois uma janela de oportunidade é vista de forma diversa por diferentes atores. E nesse sentido a participação social se desenrola no âmbito microterritorial por meio de interação de diversas identidades, interesses e estratégias. Os espaços participativos são percebidos distintamente e várias dinâmicas decorrentes da microterritorialidade extrapolam essas diferenças em seu modo de apresentar as demandas.

Dessa forma,

o enquadramento analítico focado nos espaços participativos, nos atores articulados em nível municipal e organizados setorialmente, tornou

invisíveis certos tipos de estratégias de interação com o poder público para o encaminhamento das demandas coletivas, que passam ao largo desses espaços, como por exemplo, as interações que se dão através de intermediários partidários ou pela relação histórica com movimentos sociais que atuam em outros níveis, ou pelas ações de protesto, mobilização local para o encaminhamento de abaixo-assinados e ofícios, ações judiciais, entre várias outras estratégias (AMÂNCIO, 2013).

A sociedade civil é uma dimensão heterogênea como construção política, decorrente das interações que ocorrem ao longo do tempo. Porém, a observação da dinâmica política microterritorial revela que os pontos de acesso ao Estado, ou aquilo que poderia ser denominado de “permeabilidade socioestatal”, se encontra além do uso esperado dos espaços participativos (AMÂNCIO, 2013).

2.3 Interações socioestatais microterritoriais

No ápice da produção acadêmica sobre os mecanismos institucionais de participação social desde os anos 90, surge uma brecha: a existência de movimentos e atores alicerçados em práticas diversas das previstas na Constituição Federal de 1988. A extrainstitucionalidade da participação social suporta repertórios de ação coletiva tão híbridos e multiformes quanto seus atores, diversos e microterritorializados.

A parte submersa do *iceberg* da participação social brasileira guarda uma sorte de repertórios extrainstitucionais, muitas vezes impensáveis pela parte superior, constituídas pelos mecanismos institucionais, movendo-se em uma “multiplicidade de estratégias de ação e de interação no contexto democrático, expressando suas reivindicações e propostas ao poder público no sentido de influenciar a agenda política” (CARLOS, 2015, p. 90).

Estas estratégias – janelas de oportunidade – pelas quais a participação social, por meio de mecanismos instituídos ou

não, está suscetível e cuja amplitude está em constante oscilação (AMÂNCIO, 2013) em função de variáveis como momento político, representantes eleitos, ou mesmo as lideranças do próprio movimento. As escolhas de repertórios de ação coletiva dependem diretamente da dimensão de abertura das janelas de oportunidades,

das oportunidades oferecidas ou das restrições impostas pelas próprias instituições, mas também pelas próprias crenças e identidades coletivas consolidadas por estes sujeitos. Estes caminhos dependem em grande medida dos intermediários e interlocutores disponíveis, que são definidos pela amplitude das redes de relações, dinâmicas e que não se limitam às fronteiras associativas, pelo contrário, são tanto mais eficazes quanto mais conseguem dialogar com as instituições. (AMÂNCIO, 2013, p. 34).

Cabe aqui uma melhor explicação sobre o conceito de repertório de ação coletiva. É, em suma, um conjunto de formas de ação (ALONSO, 2012, p. 24), que não é ilimitada, mas dentro das possibilidades que cada movimento possui (LÜCHMANN, 2011; ALONSO 2012; AMÂNCIO, 2013; ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). “A modalidade escolhida, se mais contestadora e/ou mais institucional depende de cada situação e das avaliações de participantes e ativistas sociais” (MCADAM, TARROW E TILLY, 2009, p.33, citado por LÜCHMANN, 2011, p. 148 – 149) e também de uma construção histórica de atuação “num processo que envolve aprendizado, onde certas estratégias permanecem porque funcionam numa determinada conjuntura por maior ou menor período de tempo, enquanto que outras são substituídas” (AMÂNCIO 2013, p. 34). “Há variações nas oportunidades políticas que, apreendidas diferencialmente pelos atores conforme a posição que ocupam, geram uma clivagem fixando-se em repertórios *rígidos ou flexíveis*” (TILLY, 2006, p. 44-45 citado por ALONSO, 2012, p. 30).

Os repertórios estão assentados nos laços sociais, na vida diária e na cultura, logo, variam de acordo com as condições e contextos políticos e sociais. Dependendo de cada situação política, as associações escolhem seus repertórios de ação de acordo com suas demandas, com os espaços institucionais disponíveis, ou seja, as janelas de oportunidade e seus objetivos (LÜCHMANN, 2011; ALONSO 2012; AMÂNCIO, 2013).

Piquetes, marchas, demonstrações, ocupações, bloqueios, abaixo-assinados, panfletagem, reuniões públicas, cartas, declarações na imprensa, lobbies, criação de associações, figuram os mais conhecidos repertórios de ação dos movimentos sociais. As diferentes condições ou situações jogam papel decisivo nas estratégias adotadas, e que sofrem alterações à medida que essas condições, capacidades e restrições se desenvolvem (MCADAM, TARROW E TILLY, 2009, p.33, citado por LÜCHMANN, 2011, p. 148 – 149).

Um repertório pode funcionar em certo contexto ou momento e não em outro, constituindo em uma “correlação entre mudança de repertório e mudança social, econômica e política, e o uso dos repertórios conforme as oportunidades políticas” (TILLY, 1976, p. 22, citado por ALONSO, 2012, p. 23).

Além disso, os diferentes tipos de repertórios estão intimamente ligados “com legados históricos, aprendizados e recorrências” (LÜCHMANN, 2011, p. 148, ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014), e sobretudo, “vinculada a uma concepção que vê relações e complementaridades, e não apenas conflitos, entre as práticas associativas e movimentalistas e os atores e os espaços da política institucional (governos, partidos, parlamentos etc.)” (LÜCHMANN, 2011, p. 148). As “dimensões estruturais e culturais dos elementos do repertório são o que as pessoas *sabem fazer* e do que os outros *esperam* que elas façam” (TARROW, 1997, p. 66, citado por TATAGIBA, 2011, p. 174).

Os processos de organização e atuação dos atores sociais não respondem apenas aos condicionamentos político-institucionais, mas também à configuração da infraestrutura associativa da sociedade, esta seria composta pela diversidade de redes informais de sociabilidade às estruturas organizacionais formais, geralmente apreendidas pelo conceito de sociedade civil (CORTES; SILVA, 2010, p. 435).

O controle societal – operado apenas no nível da ação coletiva, por atores coletivos organizados, mas não necessariamente formalizados, que “falam em nome de alguém” (GURZA LAVALLE; ISUNZA VERA, 2010, p. 23, citados por AMÂNCIO; SERAFIM; DOWBOR, 2011, p. 296) – exercido pelas associações institucionalmente ou informalmente é amplo e envolve uma multiplicidade de ações.

Por não se concentrarem nos espaços institucionais muitos atores e dinâmicas próprios de microterritórios não se enquadram no aparato analítico da literatura sobre participação que se debruça nos mecanismos pré-determinados, uma vez que estas dinâmicas de “interação entre atores sociais e estatais, e as formas de incidência sobre as políticas públicas incluem dimensões menos formalizadas, como parte do exercício do controle social” (AMÂNCIO; SERAFIM; DOWBOR, 2011, p. 295).

Essa inclusão é importante na medida em que não existe evidência empírica de que formas menos rigorosas de controle social, realizadas por atores coletivos e individuais em âmbito local com grau de organização e coordenação menores, não contribuam para a melhoria do fornecimento de serviços públicos e das políticas públicas em geral, e para a garantia de direitos (AMÂNCIO; SERAFIM; DOWBOR, 2011, p. 295).

A literatura recente sobre participação social, evidenciando a diversidade participativa que a envolve e pela qual os atores coletivos e individuais têm acesso ao Estado, reconhece múltiplas

dinâmicas e atores inseridos desde os microterritórios até o cenário nacional

Abers, Serafim e Tatagiba (2014) trataram de um aspecto muito importante dentro dos estudos sobre participação social no Brasil - o governo Lula e o rearranjo das formas de atuação dos movimentos e atores sociais. As autoras destacam que

neste contexto de maior proximidade, movimentos sociais e atores estatais experimentaram criativamente com padrões históricos de interação Estado-sociedade e reinterpretaram rotinas de comunicação e negociação de formas inovadoras. Ativistas que assumiram cargos na burocracia federal frequentemente transformaram agências governamentais em espaços de militância nos quais continuaram a defender bandeiras desenvolvidas previamente no âmbito da sociedade civil (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 326)

O curioso foi que este período recriou as relações entre Estado e sociedade civil, combinando estratégias já presentes no contexto histórico brasileiro. Os movimentos sociais não só agiram como/ enquanto parte do Estado, “mas também investiram pesadamente em ações por dentro das instituições do Estado, tanto através de novas arenas participativas como assumindo estrategicamente posições na burocracia, transformando o próprio Estado em espaço de militância política” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 331). Tal cenário possibilitou a interpretação de diversos repertórios tratados e não tratados na literatura até então, bem como combinações diversas dos mesmos, como protestos e ação direta, participação institucionalizada, política de proximidade e ocupação de cargos na burocracia, tratados por Abers, Serafim e Tatagiba (2014).

As autoras ressaltam finalmente a necessidade de “entender a construção concreta de novas rotinas de conflito, negociação e participação, [e isso] requer examinar como as redes que obtiveram acesso ao Estado em momentos particulares trabalharam com práticas históricas de interação Estado-sociedade em cada área da política” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 348).

Por falar em combinação de dinâmicas a partir de diversos contextos e das interações singulares a partir de situações específicas, voltemos ao microterritório. No território, e mais precisamente no microterritório,

o espaço reflete e condiciona segregações tanto econômicas e sociais, quanto associativas e políticas, que interferem nos modos de mobilização política, através dos quais esses cidadãos pobres expressam capacidades mais ou menos limitadas de se organizar para acessar o Estado, com maior ou menor efetividade (AMÂNCIO, 2013, p. 21).

Amâncio (2013) apresenta a Tipologia De Ação Coletiva Microterritorial que trata de diferentes atores e formas de participação na busca por serviços públicos e participação política nos processos decisórios. As classificações realizadas a partir da Tipologia De Ação Coletiva Microterritorial apresentam cinco tipos de interações socioestatais microterritoriais.

O primeiro tipo de interação socioestatal microterritorial é a Movimentalista, onde a estratégia é a “interação reivindicativo-mobilizatória para interagir com o Estado e encaminhar demandas” (AMÂNCIO, 2013, p. 157).

No segundo tipo de interação, Partidária ou Legislativa, os “atores se identificam como assessores parlamentares ou militantes de base de partidos, cuja função é fazer a mediação direta entre as demandas locais e o legislativo” (AMÂNCIO, 2013, p. 158).

O terceiro tipo é o Associativismo comunitário, “representado pelas associações comunitárias ou de moradores que organizam demandas e as encaminha para o poder público” (AMÂNCIO, 2013, p. 159).

O quarto tipo é o Ativismo conselhistas onde “os conselheiros são reconhecidos pela comunidade como seus representantes, ouvem as demandas e problemas pelas ruas, levam para serem discutidas nas reuniões do conselho [...]” (AMÂNCIO, 2013, p. 159).

Por fim, o quinto tipo, a interação assistencialista, diz respeito à “ação coletiva local restrita à ajuda mútua”, em que

suas ações não têm caráter reivindicativo propriamente político e coletivo, como o principal eixo de sua inserção local, mas acabam realizando de alguma forma uma mediação entre demandas locais e poder público, ainda que num sentido assistencialista, que procura de suprir as necessidades imediatamente e individualmente, sem as transformar em demandas coletivas (AMÂNCIO, 2013, p. 160).

Essa tipologia ajuda a entender e dividir as dinâmicas microterritoriais de acordo com sua natureza e seus atores.

3. Metodologia

O presente estudo de caso, assim se caracteriza, pelo “levantamento com mais profundidade de um caso/grupo humano reunindo maior número de informações detalhadas, visando apreender uma determinada situação” (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 276).

Caracterizado como exploratório este estudo visa, segundo características dessa classificação, realizar descrições da situação e descobrir relações existentes entre seus elementos componentes. “Esse tipo de pesquisa requer um planejamento bastante flexível para possibilitar a consideração dos mais diversos aspectos de um problema ou de uma situação” (CERVO, 2007, p. 63-4). E assim, “descobrir novas possibilidades e dimensões da população de interesse” (NETO, 2012, p. 150).

A natureza qualitativa das análises realizadas compreende um “conjunto de técnicas interpretativas [para a descrição] de um sistema complexo de significados”, interpretando os fenômenos segundo a perspectiva de cada um sem pretensão de dedução (NETO, 2012, p. 135).

De cunho teórico empírico o estudo utilizou-se de entrevista com questionário semiestruturado para coleta de dados sobre os atores coletivos e/ou individuais atuantes nos bairros do município de Lavras-MG; cuja metodologia correspondeu à utilização da técnica *snowball* ou “bola de neve”, onde os líderes ou participantes de movimentos associativos ou figuras participativas são encontrados a partir de relatos e indicações de moradores ao adentrar-se em cada bairro. Foram realizadas 35 entrevistas, aplicadas no período de janeiro de 2015 a fevereiro de 2016, em 16 bairros do Município de Lavras – MG.

O estudo também contou com dados coletados por meio de técnica de observação participante assistemática que “implica na interação entre investigador e grupos sociais, visando coletar informações diretamente do contexto ou situação específica do grupo” (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 279), sem, contudo, controle anteriormente elaborado e sem instrumental previamente definido (BARROS, 2007).

A análise desses dados foi feita a partir dos dados obtidos nas entrevistas acrescentados da observação do contexto por meio do qual interagem os atores. A categorização desses dados identificou-se como não apriorística, “emergindo totalmente do contexto das respostas dos sujeitos da pesquisa, o que exige do pesquisador um intenso ir e vir ao material analisado e teorias embasadoras” (CAMPOS, 2004, p. 614).

Em um segundo momento, para compreensão dos atores estudados aplicou-se, neste estudo, a tipologia de ação coletiva microterritorial de Amâncio (2013) subdividida em cinco Tipos de Interação Socioestatal Microterritorial: 1. Movimentalista; 2. Partidária ou legislativa; 3. Associativismo comunitário; 4. Ativismo conselhistas; 5. Assistencialista. Distribuiu-se nesta tipologia os fenômenos encontrados no campo.

4. Resultados

Antes de perpassar as informações de cada bairro é importante contextualizar que Lavras-MG, apesar de ainda

não possuir um diagnóstico completo de vulnerabilidade socioterritorial (em andamento nas pesquisas atuais das autoras), pode ser considerada uma cidade com

vulnerabilidade social moderada, com desigualdade social abaixo da média nacional e com desenvolvimento econômico acima desta média também. Entretanto, há grande desigualdade em relação a estes aspectos, bem como em relação às condições sanitárias, de acesso a serviços públicos e a direitos sociais, de indicadores de alfabetização e de empregabilidade, considerando as diferentes regiões da cidade (ABREU; AMÂNCIO, 2017, p. 56).

O último senso aponta a população de Lavras-MG em 92.200 habitantes. Sendo 102.124 na estimativa para 2017. Quanto aos níveis de pobreza, em termos proporcionais, 1,7% da população está na extrema pobreza. Em 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 3,9%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 1,6%. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 24.378 postos, 36,0% a mais em relação a 2004. Entretanto, o desempenho do município ficou abaixo da média verificada para o Estado, que cresceu 39,4% no mesmo período (SAGI, Lavras-MG, Aspectos sociodemográficos).

As despesas com saúde, educação, administração, encargos especiais e gestão ambiental foram responsáveis por 83,11% das despesas municipais. Em assistência social, por sua vez, as despesas alcançaram 2,44% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 3,20%. Com base nos dados do Censo 2010, verifica-se que o município possuía 1.489 jovens de 15 a 17 anos fora do ensino médio. Entre esses jovens, 69,7% são negros. Em relação ao ensino superior, 9.077 jovens de 18 a 24 anos se encontravam fora do ensino superior, sendo que 53,7% desses jovens são negros (SAGI. Lavras-MG: Vulnerabilidade Social e Juventude Negra, p. 3).

Quanto ao transporte público, o município conta com 16 linhas de ônibus, dessas, 3 são rurais. Os intervalos das linhas estão entre 20 minutos (menor intervalo) e 100 minutos (maior intervalo). A seguir estão apresentadas as informações por bairro para posterior análise na seção seguinte.

4.1 Bairro Novo Horizonte

O bairro fica afastado da cidade, do outro lado da rodovia BR 265 (Minas Gerais – São Paulo), extremo suldoeste da cidade. Quanto à distância do bairro em relação ao centro da cidade trata-se de aproximadamente 40 minutos fazendo o percurso a pé (G. MAPS–Rotas⁴). É uma distância aproximada de 3,1 quilômetros. Em termos do perfil da população residente no bairro, cabe ressaltar que é muito vulnerável em relação aos demais bairros da cidade.

No que diz respeito ao transporte público a linha 12 faz a rota Novo Horizonte-UFLA passando pelo centro da cidade. O intervalo médio da linha 12 é de 40 minutos entre 06h50min e 19h00min; das 19h00min às 22h40min o intervalo é de 80 minutos (BERNARDES, 2017, p. 81).

A associação está desativada. Há vários problemas no bairro; os mais citados foram a falta de segurança pública, pois o ambiente é tomado pelo tráfico e uso de drogas, e a precariedade da única ponte de acesso ao bairro, uma ponte extremante estreita e velha. Outros problemas mencionados foram a deficiência dos serviços de saúde, pavimentação e limpeza.

Moradores ressaltam que o bairro está carente de assistência e de projetos sociais pelo governo local, pois diversas atividades sociais e assistenciais são feitas por terceiros e pelas entidades religiosas de forma insipiente, como por exemplo, aula de capoeira, futebol e distribuição de alimentos.

⁴ G. MAPS – Rotas é um recurso do Google Maps para obter o tempo de percurso de um ponto a outro do mapa e também à distância em quilômetros entre dois pontos do mapa.

Houve, no bairro, recentemente, uma manifestação, cujo objetivo foi o de chamar a atenção do Poder Municipal e do resto da cidade para os problemas do bairro, sempre esquecido, segregado territorial e socialmente.

A principal reivindicação apresentada na manifestação foi duplicação da única ponte de acesso ao bairro, que além de estar em más condições é estreita para dois veículos passarem simultaneamente, ou mesmo pessoas e veículos.

Porque ali na ponte não dá pra passar dois carros, se a moto for passar ela tem que subir quase no acostamento da ponte, tem uns ferro arrancado e aí de tanto a chuva passar, ali já deu enchente, as mureta já está corroendo, detonada. Aí ele foi passar, garrou num buraco ali, ele caiu ali para baixo da ponte. Mas nós já tinha pedido há muito tempo, já tinha acontecido acidente ali há muito tempo, já aconteceu muita coisa ali já, não é de hoje que nós pede para arrumar ali não (Entrevistado).

A manifestação chamou a atenção da mídia local e diante disso o Poder Público se propôs a tomar providências quanto à reforma da ponte. Essa demanda foi apresentada anteriormente várias vezes por meio da ouvidoria e ao próprio prefeito, entretanto até então nada tinha sido feito.

4.2 Bairro Vale do Sol

O bairro em questão fica localizado a extremo leste da cidade, antes da área de distrito industrial. A distância em relação ao centro da cidade fica em 51 minutos fazendo o percurso a pé (G. MAPS – Rotas). A distância do bairro em relação ao ponto central da cidade é 3,4 quilômetros. A população do bairro é medianamente vulnerável considerando o restante da cidade.

No que diz respeito ao transporte público a linha 8 faz a rota Vale do Sol-Lavrinhas passando pelo centro da cidade. O intervalo médio da linha 8 é de 30 minutos entre 06h40min e 22h10min (BERNARDES, 2017, p. 80).

O bairro conta com uma associação atuante principalmente na área ambiental e sanitária por meio de parcerias com outras entidades, como a Universidade Federal De Lavras no projeto de revitalização das voçorocas. O Vice-presidente da associação é também vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Lavras.

A associação conta com militantes que têm fácil acesso ao Poder Público Municipal, por estarem ingressos nos conselhos e nas secretarias.

É diretamente com os Conselhos Municipais, ao qual alguns dos nossos participantes fazem parte e também diretamente com a Prefeitura e com as Secretarias tanto de Obra e de Desenvolvimento do Município (Entrevistado).

A associação também tem fácil acesso ao poder legislativo para apresentar demandas

com o apoio de alguns vereadores, o Júlio de Melo [...] os deputados Padre João do PT e o Reginaldo Lopes também do PT [...] gente sempre teve um acesso fácil a ele [Júlio de Melo] aqui ao Sindicato dos Metalúrgicos, que tá sempre apoiando (Entrevistado).

4.3 Bairros Jardim Glória e bairros Campestres I, II e III

O bairro Jardim Glória está localizado bastante próximo do centro da cidade, mais precisamente ao lado; e anexado a ele estão os bairros Campestres I, II e III. A distância em relação ao centro da cidade é de 19 minutos fazendo o percurso a pé; são 1,6 quilômetros de distância (G. MAPS – Rotas). É um bairro tradicional e bastante antigo em relação aos outros em análise. Não possui vulnerabilidade expressa se levado em consideração os demais bairros da cidade.

No que diz respeito ao transporte público a linha 3 faz a rota Lavrinhas-Centro passando pelo bairro Jardim Glória. O intervalo médio que a linha 3 passa pelo bairro Jardim Glória é

de 35 minutos; nos últimos horários o intervalo é de 60 minutos (BERNARDES, 2017, p. 80).

A Associação Comunitária dos Bairros Jardim Glória e Jardim Campestre I, II e III é muito conhecida, citada em entrevistas e conversas informais com membros das associações de outros bairros, exaltada por sua influência e organização.

A associação acessa o poder público municipal por meio de ofícios encaminhados diretamente às secretarias municipais. Quanto aos contatos que os membros da associação têm com funcionários municipais, a associação tenta agir de modo mais formal, já que isto pode representar um encurralamento da mesma.

Muitas vezes, para reclamar de serviços negligenciados à comunidade a associação acessa também à Ouvidoria Municipal. Outras figuras dentro da própria comunidade, particulares ou religiosas, não são utilizados como repertório pela associação.

Nunca foi preciso igual você perguntou aí, padre, pastor, sei lá, vereador, se a gente precisa com a câmara, a gente pega vai lá na câmara, protocola e pronto. Não precisa de um terceiro pra fazer isso não (Entrevistado).

As áreas de atuação da associação são: meio ambiente, saúde; limpeza urbana (eles mesmos organizam mutirões para limpeza e organização da pracinha, que foi construída por intermédio da associação).

4.4 Bairro Lavrinhas

O bairro Lavrinhas se localiza a extremo nordeste da cidade, depois do campus da universidade Federal de Lavras (campus extenso). A distância deste bairro em relação ao centro da cidade é de 1 hora e 2 minutos fazendo o percurso a pé (G. MAPS – Rotas). É muito vulnerável em relação aos demais bairros da cidade.

No que diz respeito ao transporte público a linha 3 faz a rota Lavrinhas-Centro. O intervalo médio da linha 3 é de 35 minutos entre 06h35min e 22h35min. Os três últimos horários da rota têm

60 minutos de intervalo entre um e outro. (BERNARDES, 2017, p. 79). A distância entre o bairro e o centro é de 4,6 quilômetros.

Neste bairro a associação não está funcionando por motivo de afastamento da presidente. Os principais problemas do bairro destacados foram a infraestrutura, pois o escoamento de água fluvial tem sérias deficiências, as chuvas fortes causam alagamento das casas.

O povo daqui está à mercê da sorte. Eu já assisti ao longo desses meus 69 anos umas 10 enchentes. A pessoa perde tudo o que tem. Nós mesmos perdemos tudo, isso tudo que você está vendo é doado (Entrevistado).

Destacou-se, entretanto, um morador que ao realizar um curso de políticas públicas se viu apto a ingressar em algum conselho municipal, tendo alcançado então a presidência do Conselho Municipal de Saúde pelo período de 2005 a 2007. E atualmente preside o Conselho Municipal de Habitação.

E tivemos grande conquista na minha gestão, nós conseguimos uma verba para fazer a unidade de pronto atendimento. E depois me reconduziram para o conselho municipal de habitação, o que eu estou até hoje, ajudando no processo do Minha Casa, Minha Vida, do governo federal. Estamos até hoje ajudando a coordenar e fiscalizar (Entrevistado).

Este morador representa um ator chave no associativismo lavrense, que mobiliza uma ampla rede em seu bairro, Lavrinhas, e é citado por outras associações como ator importante.

4.5 Bairro Judith Cândido

O presente bairro se localizava a extremo norte da cidade até a data de conclusão da pesquisa. Trata-se de um conjunto habitacional do programa federal Minha Casa, Minha Vida. Quanto à distância do bairro em relação ao centro da cidade trata-

se de aproximadamente 1 hora e 8 minutos fazendo o percurso a pé (G. MAPS – Rotas). A distância em quilômetros é de 4,8 (mais da metade da extensão da cidade). É extremamente vulnerável em relação aos demais presentes nessa análise.

No que diz respeito ao transporte público a linha 1 faz a rota Distrito-Cohab, chegando até à praçinha do bairro Judith Cândido, mas apenas em alguns horários. O intervalo médio da linha 1 é de 20 minutos entre 05h05min e 23h20min. Os três últimos horários da rota o intervalo é de 50 minutos (BERNARDES, 2017, p. 79).

As demandas prioritárias da população local puderam ser identificadas por meio dos moradores no que diz respeito à ausência de equipamentos como creches, escolas, postos de saúde, áreas de lazer, além do baixo policiamento e alta demanda de transporte público devido a distância do bairro em relação ao centro da cidade. Não há equipamentos públicos e o bairro também não conta com estabelecimentos comerciais ou organizações não governamentais.

A praçinha construída no centro do conjunto habitacional foi totalmente depredada pelos moradores com propósito de evidenciar a situação que se encontravam.

Quanto à identificação de bases associativas formais e não formais e das lideranças locais, viu-se que o próprio poder público municipal, buscou a constituição de associação de bairro, de forma que os moradores, organizados, apresentassem suas demandas. A impossibilidade dessa ação se deu por falta de lideranças que assumissem a organização e condições das próprias pessoas exercerem papéis dentro dela.

Contudo, foi possível perceber um ator muito ativo no bairro Judith Cândido que busca a atenção do poder público, em princípio, para demandas particularmente suas enquanto cidadã, mas que representa ganhos para outros cidadãos, como por exemplo, a solicitação de atendimento médico e Unidade Básica de Saúde no bairro.

4.6 Tipologia de ação coletiva microterritorial

De acordo com as classificações realizadas a partir da tipologia de ação coletiva microterritorial de Amâncio (2013), identificou-se o primeiro tipo de interação socioestatal microterritorial que é a Movimentalista – onde a estratégia é a “interação reivindicativo-mobilizatória para interagir com o Estado e encaminhar demandas” (AMÂNCIO, 2013, p. 157) – no Bairro Novo Horizonte, que não possui associações, e portanto os atores se muniram de uma manifestação na entrada do bairro, com finalidade de obter visibilidade ao seu problema.

O segundo tipo de interação é a Partidária ou Legislativa em que os “atores se identificam como assessores parlamentares ou militantes de base de partidos, cuja função é fazer a mediação direta entre as demandas locais e o legislativo” (p. 158). Neste tipo de interação encontrou-se no campo estudado, a Associação de Moradores do Bairro Vale do Sol que contam com militantes migrados para o Serviço Público Municipal.

O terceiro tipo é o Associativismo comunitário, “representado pelas associações comunitárias ou de moradores que organizam demandas e as encaminha para o poder público” (p. 159). A ilustração desse tipo no presente estudo foi a Associação dos Bairros Jardim Glória e Campestres I, II e III, em que principalmente por meio de ofícios encaminha as demandas do bairro e pleiteia junto ao poder público ganhos para os bairros onde atua.

O quarto tipo é o Ativismo Conselhistas onde “os conselheiros são reconhecidos pela comunidade como seus representantes, ouvem as demandas e problemas pelas ruas, levam para serem discutidas nas reuniões do conselho [...]” (p. 159). Pôde-se ver neste tipo um ator chave no associativismo lavrense o Conselheiro Municipal de Habitação, que mobiliza uma ampla rede em seu bairro, Lavrinhas, e é citado por outras associações como ator importante.

Por fim, o quinto tipo, a Interação Assistencialista é “ação coletiva local restrita à ajuda mútua”, em que “suas ações não têm caráter reivindicativo propriamente político e coletivo, como

o principal eixo de sua inserção local, mas acabam realizando de alguma forma uma mediação entre demandas locais e poder público, ainda que num sentido assistencialista, que procura de suprir as necessidades imediatamente e individualmente, sem as transformar em demandas coletivas” (p. 160). Neste tipo coube um ator muito ativo, do bairro Judite Cândido, que busca do poder público atenção às suas demandas, em princípio, para si mesmo, contudo a exigência de médico na UBS local, por exemplo, proporciona o serviço a todos os usuários do bairro.

Quadro 1: Interação socioestatal microterritorial no município de Lavras-MG.

Tipo de interação socioestatal microterritorial	Definição	Dinâmicas e interações identificadas do município de Lavras-MG
Movimentalista	A estratégia é a “interação reivindicativo-mobilizatória para interagir com o Estado e encaminhar demandas” (p. 157).	Bairro Novo Horizonte, não possuidor de associações. Os atores se muniram de uma manifestação na entrada do bairro, com finalidade de obter visibilidade para o seu problema.
Partidária ou Legislativa	“atores se identificam como mediadores diretos entre as demandas locais e o legislativo” (p. 158).	Associação de Moradores do Bairro Vale do Sol que contam com militantes migrados para o serviço público municipal.
Associativismo Comunitário	“representado pelas associações comunitárias ou de moradores que organizam demandas e as encaminha para o poder público”(p. 159).	Associação dos bairros Jardim Glória e Campestre I, II e III que, principalmente por meio de ofícios, encaminha as demandas dos bairros e pleiteia junto ao poder

Ativismo Conselhista	“os conselheiros são reconhecidos pela comunidade como seus representantes, ouvem as demandas e problemas pelas ruas, levam para serem discutidas nas reuniões do conselho [...]” (p. 159).	Ator chave no associativismo lavrense, o conselheiro municipal de saúde, que mobiliza uma ampla rede em seu bairro, Lavrinhas, e é citado por outras associações
Assistencialista	“ator ou grupo de atores procura suprir as necessidades imediatamente e individualmente, sem as transformar em demandas coletivas, mas acabam realizando alguma forma de mediação entre demandas locais e poder público”(p. 160).	Ator muito ativo no bairro Judith Cândido, que busca a atenção do poder público, em princípio, para demandas particularmente suas enquanto cidadão, mas que representa ganhos para outros cidadãos, como por exemplo, a solicitação de atendimento médico e UBS no bairro.

Fonte: Elaboração Própria.

Os resultados evidenciaram diferentes repertórios de ação coletiva em cada movimento associativo ou ator social da periferia analisada, considerando, por exemplo, a migração de militantes das associações para o Serviço Público Municipal (como é o caso da Associação de Moradores do Bairro Vale do Sol), a estratégia de parceria entre Poder Público e associação (Associação de Moradores e Amigos do Bairro Jardim Eldorado), membros de movimentos que fazem parte dos Conselhos Municipais (Bairro Lavrinhas), ou mesmo aquelas comunidades distantes do poder público, em que as janelas de oportunidades se encontram estreitas e cujos repertórios de ação coletiva traspassam a institucionalidade dos mecanismos legais de participação social (Protestos no Bairro Novo Horizonte).

5. Considerações finais

A busca pela melhoria na qualidade dos serviços públicos e o acesso aos direitos coletivos, a partir dos movimentos associativos analisados, não se restringe aos mecanismos participativos institucionalizados, mas abrange toda forma legítima de chamar a atenção do Poder Público para as necessidades da comunidade. Além disso, cada movimento associativo possui repertórios de ações coletivas próprios para acessar o Estado, de acordo com as janelas de oportunidade que também são distintas para cada ator coletivo, por exemplo, interações utilizadas por comunidades distantes do poder público, periféricas tanto territorialmente como socioeconomicamente, em que as janelas de oportunidades se encontram estreitas e cujos repertórios utilizados são aqueles que esses atores podem alcançar.

Referências

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. **DADOS –Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 57, n. 2, 2014, pp. 325 a 357.

ALONSO, A. Repertório, Segundo Charles Tilly: História De Um Conceito. *Revista sociologia&antropologia*, v.02, n. 03, p. 21–41, 2012. Disponível em: <http://revistappgsa.ifcs.ufrj.br/wpcontent/uploads/2015/05/3ano2v3_artigo_angela-alonso.pdf>. Acesso em 18 de Nov. 2015.

ALMEIDA, C.; TATAGIBA, L. Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. **Serv. Soc. Soc. [online]**, 2012, n.109, pp.68-92.

AMÂNCIO, J. M. Dinâmicas políticas microterritoriais: organizações comunitárias e acesso às políticas públicas na periferia de São Paulo. **Tese de Doutorado**. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2013.

AMÂNCIO, J. M.; SERAFIM, L.; DOWBOR, M. Microterritorialidade e Controle Societal. **Revista Lua Nova**, São Paulo, 84: 287-314, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n84/a10n84.pdf>>. Acesso em: 16 de Nov. 2015.

BARBOSA, J. L. Política pública, gestão municipal e participação social na construção de uma agenda de direitos à cidade. **Revista Electónica de Geografia Y Ciencias Sociales**, v. 14, n. 33, 2010. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-51.htm>>. Acesso em: 13 de Nov. 2015.

BARROS, A. J. S. **Fundamentos de metodologia científica**. 3ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BERNARDES, L. C. O. O Uso De Sistema De Informação Geográfica Para Análise Do Direito À Cidade Em Lavras-MG. **Trabalho de Conclusão do Curso de Administração Pública**. Universidade Federal de Lavras, 2018.

BRASIL. **Controladoria Geral da União**, Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas – Controle Social: Olho vivo no dinheiro público. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/controlesocial/arquivos/controlesocial2012.pdf>>. Acesso em: 20 de nov. 2015.

BRASIL. IPEA/PRODEP, 2011. Disponível em: <http://desafios2.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/livro_efetividade.pdf>. Acesso em: 13 de nov 2015.

CAMPOS, C. J. G. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 5, p. 611-614, set/out 2004.

CARLOS, E. Movimentos Sociais e Instituições Participativas: Efeitos do engajamento institucional nos padrões de ação coletiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 30, n. 88, jun. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v30n88/0102-6909-rbcsoc-30-88-0083.pdf>>. Acesso em 10 de nov. 2015.

CARVALHO, M. C. **Participação Social no Brasil hoje**. Papers Pólis, n. 2. São Paulo: Instituto Polis, 1998.

CERVO, A. L. **Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CORTES, S. V.; SILVA, M. C.. Sociedade Civil, Instituições e Atores Estatais: interdependências e condicionantes da atuação de atores sociais em fóruns participativos. **Estudos Sociológicos**: Araraquara, v. 15, n. 29, p. 425-444, 2010.

DAGNINO, E. **Cultura, cidadania e democracia. A transformação dos discursos e práticas na esquerda Latino-Americana**. In: ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: ED. UFMG, 2000.

DAGNINO, E. Políticas culturais e o projeto neoliberal. **Revista Rio de Janeiro**: Rio de Janeiro, n. 15, jan. – abr. 2005.

GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Revista Saúde e Sociedade**, USP: São Paulo, v. 13, n. 2, p.20-31, maio-ago. 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/7113>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

GOOGLE MAPS. **[Rotas Lavras-MG]**. [2018]. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/dir/Centro,+Lavras+-+MG>>. Acesso em: 05 de maio de 2018.

LÜCHMANN, L. H. H. Associações, participação e representação: combinações e tensões. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 84, p. 353-364, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n84/a06n84.pdf>>. Acesso em 16 de nov. 2015.

LÜCHMANN, L. H. H. Democracia deliberativa: sociedade civil, esfera pública e institucionalidade. In. POSSIBILIDADES E LIMITES DA DEMOCRACIA DELIBERATIVA. A EXPERIÊNCIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE PORTO ALEGRE. **Tese (Doutorado em Ciências Sociais)** - UNICAMP, 2002.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 5. ed., rev. e ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2007.

NETO, J. A. C. **Metodologia da pesquisa científica: da graduação à pós-graduação**. 1ª ed. Curitiba: CRV, 2012. p. 303.

RAUSCENBACH, R. Processos de democracia direta: sim ou não? Os argumentos clássicos a luz da teoria e da prática. **Revista de sociologia e política**. v. 22, n. 49, p. 205-230, mar. 2014.

SAGI. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Panorama Municipal. Boletim - Município: Lavras / MG: Aspectos sociodemográficos.

SAGI. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Panorama Municipal. Boletim - Município: Lavras / MG: Vulnerabilidade Social e Juventude Negra.

SCHEVISBISKI, R. S. **Os Conselhos Gestores e a lógica da institucionalização da participação política na esfera pública brasileira**. 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumosnais/RenataSchevisbiski.pdf>>. Acesso em: 19 de nov 2015.

TATAGIBA, L. A questão dos atores, seus repertórios de ação e implicações para o progresso participativo. In: A EFETIVIDADE DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS NO BRASIL: PERSPECTIVAS, ABORDAGENS E ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO.

TATAGIBA, L. Conselhos gestores de políticas públicas e democracia participativa: aprofundando o debate. **RESENHA. Revista de Sociologia Política**: Curitiba, n. 25, nov. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782005000200017>. Acesso em: 2 dez., 2014.

